

O Conhecimento Científico na Fronteira das Diversas Áreas da Economia 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

O Conhecimento Científico na Fronteira das Diversas Áreas da Economia 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C749 O conhecimento científico na fronteira das diversas áreas da economia 2 [recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-407-8

DOI 10.22533/at.ed.078201709

1. Economia – Pesquisa – Brasil. I. Senhoras, Elói Martins.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As Ciências Econômicas conformam um rico campo de estudos que ao longo dos últimos dois séculos e meio passou por relevantes transformações reflexivas às transformações da realidade, refletindo assim na maturação de uma massa crítica de conhecimentos científicos, bem como de crescente diversificação epistemológica e conformação de paradigmas, recortes teóricos e correntes do pensamento.

Fundamentado em uma plural compreensão sobre a própria trajetória institucional do pensamento econômico, o presente livro, “O Conhecimento Científico na Fronteira das Diversas Áreas da Economia 2”, apresenta uma diversidade de leituras que valorizam a realidade empírica a partir de distintas abordagens alicerçadas, seja por recortes teóricos ortodoxos e heterodoxos, ou ainda por recortes metodológicos com modelagens qualitativas e quantitativas.

Estruturado em doze capítulos que mapeiam temáticas que exploram as fronteiras do conhecimento econômico, este livro é fruto de um trabalho coletivo constituído pela reflexão de 21 pesquisadoras e 20 pesquisadores oriundos nacionalmente das regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, bem como internacionalmente da Colômbia e Espanha.

No primeiro capítulo, “Aplicação do modelo ARIMA à previsão de arrecadação de tributos federais”, é realizado um exercício econométrico de modelagem e previsão da arrecadação total de tributos federais, utilizando-se da metodologia BOX-Jenkins para identificar e simular o processo gerador de série temporal da arrecadação de tributos federais, ajustando uma previsão para seis períodos à frente.

No segundo capítulo, “Ensino de educação financeira: uma reflexão sobre consumo consciente a partir do orçamento financeiro”, apresenta-se o ensino de Educação Financeira em uma turma da Educação de Jovens e Adultos em uma escola estadual no interior do estado de Pernambuco, com base no aporte de Etnomatemática para facilitar a reflexão docente e discente sobre consumo consciente.

No terceiro capítulo, “Inversões entre governança corporativa e cultura organizacional: uma investigação numa empresa familiar brasileira”, através de um estudo de caso, aborda-se empiricamente a implantação de um modelo de governança e gestão, e os desafios culturais, de uma empresa familiar brasileira, a qual, hodiernamente, é administrada pela segunda geração.

No quarto capítulo, “Da responsabilidade social corporativa ao valor compartilhado: um desafio para o setor cooperativo colombiano”, apresenta-se uma reflexão alusiva à responsabilidade social e ao imprescindível valor de gestão que representa no modelo de governança cooperativa na Colômbia, principalmente quando compartilha valor com seus diferentes públicos de relacionamento.

No quinto capítulo, “Indústria agro-alimentar em Extremadura (Espanha): obstáculos à inovação, ações públicas exigidas e estratégias de inovação”, o estudo aborda a inovação sob o prisma público-privado, de modo que os resultados apresentados permitiram determinar diferentes tipologias de empresas agroalimentares sob o ponto de vista das estratégias inovadoras.

No sexto capítulo, “SISBOV: uma análise sobre sua contribuição para promover exportações brasileiras de carne bovina com certificação de origem”, o estudo demonstra que a rastreabilidade do produto exportado do SISBOV não é suficiente para garantir o acesso ao comércio internacional, tampouco para inibir o comportamento oportunista entre os atores da cadeia produtiva e os agentes públicos de fiscalização e monitoramento do setor.

No sétimo capítulo, “Uma análise empírica da volatilidade do retorno do boi gordo para o Brasil”, a pesquisa aplicou os modelos de volatilidade condicional univariados à série temporal dos log-retornos dos preços recebidos pelos produtores de boi gordo, analisando os parâmetros estimados de reação, persistência e assimetria, além de identificar possibilidades de alavancagens da série em cada modelo.

No oitavo capítulo, “Acompanhamento dos preços dos produtos da cesta básica do DIEESE no ano de 2019 no município de Erechim – RS”, apresenta-se os resultados do projeto extensivo de pesquisa, demonstrando significativa queda da capacidade de consumo frente ao aumento inflacionário médio de 17% dos preços mensais da cesta básica entre janeiro e dezembro.

No nono capítulo, “Ações para a inclusão do pescado na alimentação escolar no município de Itanhaém – SP – Brasil”, a pesquisa formou uma rede sociotécnica, para discutir, elaborar e dar suporte à inclusão do pescado na alimentação escolar, realizou testes de aceitabilidade, bem como estudo de viabilidade técnica e econômica, demonstrando resultados positivos para a eventual implementação da política.

No décimo capítulo, “Apicultura e sustentabilidade: impactos negativos do uso de agrotóxicos, uma ameaça às abelhas?”, os resultados do estudo de caso, no município de Barbalha – CE, apresentam os riscos da utilização indevida de agrotóxicos e os correspondentes impactos aos agroecossistemas, acarretando em consequências ainda incalculáveis no âmbito da Economia Ambiental.

No décimo primeiro capítulo, “O papel das instituições e dos instrumentos de governança ambiental para a sustentabilidade como elemento importante ao combate do desmatamento no Pará: uma breve análise”, as instituições e os instrumentos de governança ambiental para a sustentabilidade são analisados como elementos centrais ao combate do desmatamento à luz da Nova Economia Institucional.

No décimo segundo capítulo, “A influência portuguesa no teatro brasileiro: uma breve reflexão histórica”, a leitura institucional da transversalidade da cultura no desenvolvimento é realizada com foco histórico e sociológico a partir de uma discussão acerca da origem e

percepção de cultura, bem como da relação entre o teatro e a sociedade que caracterizam a influência portuguesa no desenvolvimento do teatro brasileiro.

Com base nestes doze capítulos, a presente obra coaduna diferentes prismas do complexo caleidoscópico que são as Ciências Econômicas, caracterizando-se por um olhar que estimula a pluralidade teórica e metodológica, ao apresentar distintos estudos que visam em sentidos contraditórios, tanto, delimitar a fronteira disciplinar, quanto, ampliar a dinâmica fronteira multidisciplinar.

A construção epistemológica apresentada neste trabalho coletivo busca romper consensos, findando demonstrar a riqueza existente no anarquismo teórico e metodológico das Ciências Econômicas em resposta à complexa realidade empírica, razão pela qual convidamos você leitor(a) a nos acompanhar à luz do ecletismo registrado nos instigantes estudos econômicos deste livro.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APLICAÇÃO DO MODELO ARIMA À PREVISÃO DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS

Kelly Cristina de Oliveira
Fábio Lúcio Rodrigues
Marta Aurélio Dantas de Lacerda
Alexsandro Gonçalves da Silva Prado
Francisco Roldineli Varela Marques

DOI 10.22533/at.ed.0782017091

CAPÍTULO 2..... 16

ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA REFLEXÃO SOBRE CONSUMO CONSCIENTE A PARTIR DO ORÇAMENTO FINANCEIRO

Stephany Karoline de Souza Chiappetta
José Roberto da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0782017092

CAPÍTULO 3..... 28

INVERSÕES ENTRE GOVERNANÇA CORPORATIVA E CULTURA ORGANIZACIONAL: UMA INVESTIGAÇÃO NUMA EMPRESA FAMILIAR BRASILEIRA

Hélder Uzêda Castro
Marta Cardoso de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.0782017093

CAPÍTULO 4..... 39

DE LA RESPONSABILIDAD SOCIAL EMPRESARIAL AL VALOR COMPARTIDO: UN RETO PARA EL SECTOR COOPERATIVO COLOMBIANO

Gustavo Adolfo Rubio-Rodríguez
Fernando de Almeida Santos
Sergio Roberto da Silva
Ludivia Hernández Aroz

DOI 10.22533/at.ed.0782017094

CAPÍTULO 5..... 45

INDÚSTRIA AGRO-ALIMENTAR EM EXTREMADURA (ESPANHA): OBSTÁCULOS À INOVAÇÃO, AÇÕES PÚBLICAS EXIGIDAS E ESTRATÉGIAS DE INOVAÇÃO

Beatriz Corchuelo Martínez-Azúa

DOI 10.22533/at.ed.0782017095

CAPÍTULO 6..... 71

SISBOV: UMA ANÁLISE SOBRE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA PROMOVER EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE BOVINA COM CERTIFICAÇÃO DE ORIGEM

Nelson Roberto Furquim
Denise Cavallini Cyrillo

DOI 10.22533/at.ed.0782017096

CAPÍTULO 7..... 73

UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA VOLATILIDADE DO RETORNO DO BOI GORDO PARA O BRASIL

Alexsandro Gonçalves da Silva Prado
Fábio Lúcio Rodrigues
Kelly Cristina de Oliveira
Marta Aurélio Dantas de Lacerda

DOI 10.22533/at.ed.0782017097

CAPÍTULO 8..... 84

ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS DOS PRODUTOS DA CESTA BÁSICA DO DIEESE NO ANO DE 2019 NO MUNICÍPIO DE ERECHIM – RS

Lidiane Rovani
Indaiá Tainara Tamagno
Carlos Frederico de Oliveira Cunha

DOI 10.22533/at.ed.0782017098

CAPÍTULO 9..... 96

AÇÕES PARA A INCLUSÃO DO PESCADO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ITANHAÉM – SP - BRASIL

Cristiane Rodrigues Pinheiro Neiva
Thais Moron Machado
Érika Fabiane Furlan
Luciana de Melo Costa
Rúbia Yuri Tomita

DOI 10.22533/at.ed.0782017099

CAPÍTULO 10..... 115

APICULTURA E SUSTENTABILIDADE: IMPACTOS NEGATIVOS DO USO DE AGROTÓXICOS, UMA AMEAÇA ÀS ABELHAS?

Luiza Maria Valdevino Brito
Ademar Maia Filho
Francisco Mário de Sousa Silva
Francisco Roberto de Azevedo
Ricardo Luiz Lange Ness

DOI 10.22533/at.ed.07820170910

CAPÍTULO 11..... 127

EL PAPEL DE LAS INSTITUCIONES Y LOS INSTRUMENTOS DE GOBERNANZA AMBIENTAL PARA LA SOSTENIBILIDAD COMO ELEMENTO IMPORTANTE PARA COMBATIR LA DEFORESTACIÓN EN PARÁ: UN BREVE ANÁLISIS

André Cutrim Carvalho
Alana Paula de Araújo Aires
Lígia Amaral Filgueiras
Gisalda Carvalho Filgueiras
Antônio Rodrigues da Silva Júnior
Carmelita de Fátima Amaral Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.07820170911

CAPÍTULO 12..... 139

A INFLUÊNCIA PORTUGUESA NO TEATRO BRASILEIRO: UMA BREVE REFLEXÃO HISTÓRICA

Hélder Uzêda Castro

Noelio Dantaslé Spinola

DOI 10.22533/at.ed.07820170912

SOBRE O ORGANIZADOR..... 150

ÍNDICE REMISSIVO..... 151

CAPÍTULO 11

EL PAPEL DE LAS INSTITUCIONES Y LOS INSTRUMENTOS DE GOBERNANZA AMBIENTAL PARA LA SOSTENIBILIDAD COMO ELEMENTO IMPORTANTE PARA COMBATIR LA DEFORESTACIÓN EN PARÁ: UN BREVE ANÁLISIS

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

André Cutrim Carvalho

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Economia/Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia Belém – Pará
<https://orcid.org/0000-0002-0936-9424>

Alana Paula de Araújo Aires

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/ /Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido Belém – Pará
<https://orcid.org/0000-0002-6851-3107>

Lígia Amaral Filgueiras

Universidade do Estado do Pará, Departamento de Ciências Naturais Belém – Pará
<http://lattes.cnpq.br/1331795498836340>

Gisalda Carvalho Filgueiras

Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Econômicas Belém – Pará
<http://lattes.cnpq.br/6277433193625866>

Antônio Rodrigues da Silva Júnior

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia Belém – Pará
<http://lattes.cnpq.br/2031532707963288>

Carmelita de Fátima Amaral Ribeiro

Universidade do Estado do Pará, Departamento de Tecnologia de Alimentos Salvaterra – Pará
<http://lattes.cnpq.br/7721870218745681>

RESUMEN: El propósito de este artículo es presentar una breve reflexión, basada en la Nueva Economía Institucional, sobre las instituciones e instrumentos de gobernanza ambiental para la sostenibilidad como elemento importante para combatir la deforestación en Pará. Para esto, el método utilizado involucró el método deductivo porque parte de lo general, es decir, la discusión que involucra los fundamentos teóricos de la nueva economía institucional y, también, el método inductivo porque considera los mecanismos de gobernanza ambiental específicos, es decir, para controlar la deforestación en Pará. La conclusión principal es que los mecanismos adoptados en las políticas públicas para el manejo de la lucha contra la deforestación, principalmente con la implementación, inspección y uso de licencias ambientales y el Registro Ambiental Rural (CAR) han obtenido resultados positivos en la reducción deforestación en Pará, especialmente desde un punto de vista sostenible.

PALABRAS-CLAVE: Nueva Economía Institucional, Instituciones, Gobernanza Ambiental, Deforestación; Sostenibilidad.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E DOS INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE COMO ELEMENTO IMPORTANTE AO COMBATE DO DESMATAMENTO NO PARÁ: UMA BREVE ANÁLISE

RESUMO: O propósito deste artigo é apresentar uma breve reflexão, tendo como base para isso a Nova Economia Institucional, sobre as instituições e os instrumentos de governança ambiental para a sustentabilidade como elemento importante ao combate ao desmatamento no Pará. Para isso, o método utilizado envolveu o método dedutivo porque parte do geral, ou seja, a discussão envolvendo os fundamentos teóricos da nova economia institucional e, também, o método indutivo porque considera o particular, isto é, os mecanismos de governança ambiental como medida de controle do desmatamento no Pará. A principal conclusão é que os mecanismos adotados nas políticas públicas de gestão de combate ao desmatamento, principalmente com a implementação, fiscalização e utilização do licenciamento ambiental e do Cadastro Ambiental Rural (CAR) tem obtido resultados positivos na redução do desmatamento do Pará, especialmente do ponto de vista sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Nova Economia Institucional; Instituições; Governança Ambiental; Desmatamento; Sustentabilidade.

1 | INTRODUCCIÓN

En las últimas décadas, debido a las drásticas alteraciones derivadas de la acción humana sobre el medio ambiente, hubo una creciente e importante concientización en relación a esta problemática involucrando a un gran público compuesto, naturalmente, por: gobernantes de todo el mundo, pequeñas, medianas y grandes empresas / Industrias, instituciones, además de la sociedad civil organizada en general.

Tal cambio es perceptible, ya que en el pasado la mayoría de los “actores” anteriormente citados anteriormente no consideraban ningún tipo de preocupación con las cuestiones relacionadas con el medio ambiente. Recientemente, este panorama desfavorable al medio ambiente sufrió innumerables cambios, convertirse en un objeto de atención debido a gran parte del mercado nacional e internacional priorizando inversiones en países socialmente responsables con la sustentabilidad del medio ambiente.

En este contexto, se observa que las políticas ambientales tienen como finalidad forzar a los agentes económicos a adoptar procedimientos menos agresivos al medio ambiente, reduciendo de esa forma la cantidad de materiales contaminantes lanzados en el ambiente y, finalmente, minimizando la depreciación de todos los recursos naturales .

La Nueva Economía Institucional, liderada por Douglass Cecil North, tiene como objetivo desarrollar un marco teórico sobre el papel de las instituciones, y proveer un conjunto de evidencias históricas sobre cómo las instituciones afectan el desarrollo económico de las naciones. La fundamentación teórica de las instituciones se basa en la existencia de costos de transacción que, a su vez, existen porque las informaciones tienen costo y son asimétricamente apropiadas por los actores participantes del intercambio.

Por lo tanto, una Institución puede ser caracterizada por la capacidad de delimitar elecciones y tener mecanismos de toma de decisiones. Para North (1990), las instituciones reducen ciertos costos de transacción, es decir, los de hacer y mantener un contrato, pero al mismo tiempo engendran otros costos, además de que disminuyen el grado de incertidumbre proveniente de comportamientos imprevisibles y, consecuentemente, Facilitan la identificación de socios adecuados para las transacciones y la elaboración de contratos, teniendo en cuenta el mayor número posible de contingencias.

En estos términos, el objetivo de este artículo es presentar el papel de las instituciones y la importancia de los mecanismos de gobernanza ambiental. Para ello, el presente ensayo se organizó en cinco secciones, además de esta introducción, a saber: en la segunda sección se presenta la referencial teórico sobre el asunto; En la tercera sección se presentan los aspectos metodológicos de la investigación; La sección cuatro discute básicamente el papel de la gobernanza y de los mecanismos de gobernanza ambiental en favor de la sostenibilidad del territorio del Estado de Pará; Y en la última sección, las consideraciones finales.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Las instituciones son formadoras de convenciones sociales definitorias del patrón de comportamiento de los miembros de una sociedad. Los patrones de comportamiento se asocian a normas sociales que orientan lo que las personas deben o no hacer y / o pensar en determinados medios sociales. Esas normas sociales pueden ser aplicadas por organizaciones formales (legales) o pueden aplicarse por sanciones informales resultantes de la aprobación o desaprobación de los miembros de la comunidad.

Williamson (1985), por ejemplo, rechaza la vieja idea de un orden social armónico y reconocen la existencia de los conflictos de intereses entre grupos y desajustes inherentes a la vida económica. En ese universo de conflictos de intereses, los economistas institucionalistas admite la posibilidad de intervención del Estado, para reconciliar a los contendientes, a través de políticas económicas capaces de asegurar el interés común y el buen funcionamiento del sistema económico. Otro aspecto importante es el rechazo de la racionalidad económica como elemento único de la toma de decisiones cuando se trata de un mundo de incertidumbre en relación al futuro desconocido.

Según North (1990), las instituciones pueden ser formales (leyes, decretos-ley y reglamentos del Estado que balizan el comportamiento de los miembros de una determinada sociedad) e informales (convenciones y códigos creados históricamente por la sociedad). Para él, las instituciones formales interactúan con las informales y eso puede complementar o mejorar la eficacia de las últimas o incluso modificarlas o sustituirlas con el tiempo, ya que esos cambios consisten en ajustes marginales al complejo de reglas, normas e imposiciones reglamentarias Que componen la estructura institucional de país.

Aoki (2007) plantea que una Institución se caracteriza por un patrón de interacciones sociales auto-sostenido, representado por reglas con significado que todos los agentes involucrados conocen e incorporan como creencias compartidas sobre el modo en que se juega el juego, es decir, “Las reglas del juego de la sociedad”, donde los jugadores, o sea, las organizaciones (políticas, económicas, sociales y ambientales) actúan, y ellas encuentran su racionalidad económica en la medida en que en el mundo real los mercados no crean espontáneamente una orden o que promuevan los intercambios y la acción económica privada.

En el caso de las instituciones definitorias de los regímenes de propiedad, particularmente en una frontera económica como es el caso de la Amazonía Brasileña, éstas pueden ser generadoras de conflictos asociados al desarrollo económico versus impactos al medio ambiente. Para Alston et al. (1999, 08-10, nuestra traducción):

El avance de la frontera en tierras amazónicas ha generado una serie de conflictos asociados a la posesión de la tierra y el destino dado al uso de la tierra que implique en destrucción de los recursos naturales y de la biodiversidad existente en la Amazonia. Fronteras tiene un alto potencial para mejorar el estatus económico y social de los asentados, pero la efectividad de ello depende de los regímenes de derechos de propiedad y cuan flexibles son estos regímenes para acomodar las nuevas condiciones económicas emergentes. Si los derechos de propiedad están claramente señalados y regulados, los individuos pueden explotar los recursos de la frontera para maximizar su riqueza con la reducción de los problemas ambientales.

En cuanto al régimen de los recursos, las cuestiones institucionales pueden dividirse básicamente en tres tipos: la primera, es sobre quién obtiene acceso a la posesión y uso de los recursos, es decir, la cuestión de la distribución de los recursos; La segunda se refiere al costo de crear y mantener las instituciones ambientales para el uso individual o colectivo de un recurso, es decir, los costos de transacción involucrados; Y, por último, la cuestión del efecto que un régimen de recursos puede tener sobre cómo se percibir los problemas de los derechos de propiedad, qué intereses defiende ese régimen y qué valores se promueven, observa Vatn (2005). Netto (2004, p. 229, nuestra traducción) clasifica tres tipos de recursos provenientes del medio ambiente:

El primero se refiere al derecho de uso en el que el propietario del activo o del recurso decide cómo va a disfrutar, transformar o incluso destruir el activo o el recurso disponible; El segundo, se refiere al derecho de explotación del recurso en que el propietario decide la forma con que gozará el ingreso del activo o del recurso, sea por la explotación directa o por la explotación indirecta mediante la cesión a otros recibos de renta por tiempo determinado Establecido en el contrato; Y, finalmente, existe el derecho de enajenación del propietario del activo a terceros de forma permanente o temporal.

La reglamentación ambiental, por ejemplo, ha sido un instrumento de política ambiental extremadamente importante para combatir la deforestación forestal en el Estado

de Pará, ya que los efectos del comercio exterior sobre los recursos naturales dependen también del régimen de derechos de propiedad.

3 I METODOLOGÍA Y MÉTODO DE INVESTIGACIÓN

La especificación metodológica constituye una parte obligatoria de la investigación académica que adopta el método científico, sin embargo, hay que distinguir el método de abordaje de dichos métodos de investigación. El método de abordaje se refiere a la filiación filosófica y al grado de abstracción del fenómeno estudiado, ya los métodos de investigación o procedimientos de una investigación consisten en las etapas concretas de la investigación y el uso de las técnicas de investigación adecuadas.

En las ciencias sociales en general, se impone una restricción metodológica: que es la necesidad de confrontación de la realidad pensada, abstracta de lo concreto, con la realidad empírica, es decir, aquella que es percibida por nuestros sentidos. De acuerdo con Lakatos y Marconi (1991), a su vez, los conocimientos prácticos están sometidos a la necesidad de conexión inmediata con la realidad a que se refieren.

En la investigación teórica, a diferencia de la investigación empírica - mientras que el método de investigación basado en levantamientos de campo de datos primarios o incluso en el levantamiento de datos secundarios - el método de investigación tiene que ver más con el método de exposición de las ideas: si deductivo o inductivo.

El método utilizado en este trabajo involucra el método deductivo porque parte del general, es decir, la discusión involucrando los fundamentos teóricos para comprender la nueva economía institucional, los derechos de propiedad y la gobernanza ambiental y, también, el método inductivo porque considera el particular - Los mecanismos de gobernanza ambiental provenientes de la forma de pensar del nuevo institucionalismo.

Como el objetivo es caracterizar el papel de las instituciones e instrumentos de gobernanza ambiental en la lucha contra la deforestación en Pará, esta investigación puede definirse como de tipo exploratorio. Para Gil (1991 *apud* Da Silva y Menezes, 2005, p. 83, nuestra traducción):

[A] La investigación exploratoria tiene como objetivo proporcionar una mayor familiaridad con el problema para hacerlo explícito o construir hipótesis. Implica encuesta bibliográfica; (...) análisis de ejemplos que fomentan la comprensión. En general, toma la forma de investigación bibliográfica y estudios de casos.

Además, este proyecto de investigación buscará la mayor cantidad de información posible sobre el tema utilizando la técnica de investigación cualitativa, cuyo objetivo es ampliar la información sobre el tema en cuestión a través de libros, artículos de revistas y otras referencias importantes. Según Da Silva y Menezes (2005, p. 20):

[La investigación cualitativa] considera que existe una relación dinámica entre el mundo real y el sujeto, es decir, un vínculo inseparable entre el mundo objetivo y la subjetividad del sujeto que no puede traducirse en números. La interpretación de los fenómenos y la atribución de significados son básicos en el proceso de investigación cualitativa. No requiere el uso de métodos y técnicas estadísticas. (...) El proceso y su significado son el foco principal del enfoque.

En la siguiente sección, se presentan los resultados y una discusión más detallada del tema.

4 | RESULTADO Y DISCUSIÓN

En primer lugar, la gobernabilidad es algo propio de las democracias, luego la gobernabilidad debe entenderse como la capacidad sociopolítica de un gobierno democrático de buscar no sólo viabilizar acuerdos o pactos políticos partidistas para dar soporte a la implementación de un determinado proyecto de desarrollo nacional, Desafíos y aprovechar las oportunidades para concretar el pacto social con miras a la mejora del bienestar social.

Además, la gobernabilidad democrática debe constituirse en una estrategia inteligente de acciones proactiva para la construcción de capacidades orientadas al desarrollo sostenible. Estas capacidades dependen de la interrelación entre el sistema institucional, las capacidades de los actores políticos, económicos y sociales (actores dirigentes) y de la cantidad y calidad de los líderes transformadores disponibles.

Por gobernanza debe ser entendido como la capacidad gubernativa del Estado, tomada en sentido amplio, lo que implica su capacidad de gestión gubernamental en la formulación e implementación de sus políticas públicas y en la consecución de metas colectivas. Desde el punto de vista institucional, el concepto de gobernanza se refiere al conjunto de mecanismos y procedimientos para lidiar con la dimensión participativa y plural de la sociedad, lo que implica la necesidad de expandirse y perfeccionar los medios de interlocución y de administración del juego político De intereses.

Cuando Williamson (1996) investiga la cuestión de la gobernanza, él clasifica dos tipos de instituciones de gobierno: la gobernanza espontánea y la gobernanza dirigida o intencional. La gobernanza espontánea es conducida por las organizaciones económicas sobre la base del principio de que la maximización de los intereses individuales resulta en bienestar social a través del sistema de precios del mercado, la llamada “mano invisible”.

Sin embargo, debido a las fallas del mercado, el gobierno (la mano visible) a través de las instituciones gubernamentales puede imponer controles sobre las instituciones económicas vigentes, sin embargo, el problema de la sociedad capitalista actual consiste en la rápida adaptación de las instituciones a los cambios en circunstancias particulares de tiempo Y espacio.

La gobernanza intencional es el conjunto de leyes y regulaciones que regulan la institución (“la ley”), mientras que la gobernanza espontánea muestra las prácticas de resolución de problemas, neutralizando las leyes y la organización para hacer la resolución de disputas rápidas y sin De los precios. El buen desempeño de la economía depende del diseño estructural de todas las relaciones sociales, principalmente entre el Estado y el sector privado, entre políticos y burócratas del gobierno y entre ciudadanos y el Estado.

La gobernanza ambiental tiene el propósito de organizar las actividades humanas a través de las instituciones definitorias de las “reglas del juego”, en el sentido de North (1990), con el objetivo de reducir los impactos de la acción humana sobre el medio ambiente. La gobernanza ambiental reúne así todos los mecanismos institucionales de las acciones públicas y privadas dirigidas al monitoreo de los impactos de las actividades económicas sobre el medio ambiente y la utilización de los recursos naturales en un determinado territorio de una región o de una nación.

En la Amazonía brasileña, la deforestación es algo histórico, una mancha, y en Pará no es diferente. En general, la deforestación es el acto de talar los árboles en un bosque o incluso en un cerrado, con el fin de aprovechar la tierra para la agricultura o la actividad agrícola.

En el caso del ganado, la deforestación se lleva a cabo en el bosque de tierras altas y tiene como objetivo la formación de pastos artificiales con pastos, o con pastos y leguminosas, que constituyen las principales fuentes de alimento para la cría de ganado de carne bajo pastos extensos.

El proceso de deforestación es relativamente simple y rentable para la deforestación compensatoria: el maderero corta los árboles en la tierra; la tierra se quema para limpiar y preparar el área; después de eso, se utiliza un área con relieve accidentado para el ganado, generalmente ganado vacuno en régimen extenso; y uno más plano para la agricultura.

Según datos oficiales de 2018 del Instituto Nacional de Investigación Espacial (INPE), el centro de excelencia de Brasil en áreas fronterizas de ingeniería espacial y cambio climático, especialmente para la investigación en la Amazonía, la tasa consolidada generada por el Proyecto de Monitoreo de la Deforestación en la Amazonía Legal por satélite (PRODES) mostró el resultado de 6.947 km² de tala en el período de agosto de 2016 a julio de 2017.

Fue, por el momento, un resultado positivo, ya que según INPE (2018, nuestra traducción):

[El resultado obtenido] indica una disminución del 12% en relación con 2016, año en el que se calcularon 7.893 km² y también representa una reducción del 75% en relación con el registrado en 2004, año en el cual el Gobierno Federal lanzó el Plan para la Prevención y Control de la Deforestación en la Amazonía (PPCDAm), actualmente coordinado por el Ministerio del Medio Ambiente (MMA).

La serie histórica construida por INPE (2018), que confirma esta tendencia, se puede ver en el Gráfico 1. También es una clara señal del comando de gestión ambiental y los mecanismos de control para la región.

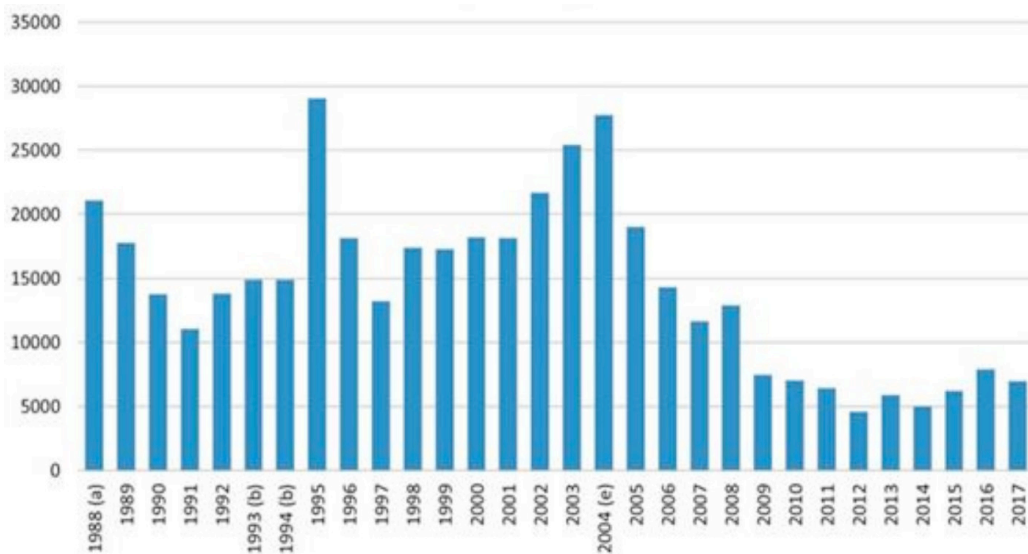


Gráfico 1 – Taxa Prodes - Amazônia Legal: em km²

Fuente: INPE/PRODES (2018).

De los mecanismos de gestión ambiental utilizados para ordenar y controlar la deforestación en Pará, se han utilizado las licencias ambientales. El licenciamiento ambiental ha sido un mecanismo de gobernanza importante utilizado por el Instituto Brasileño del Medio Ambiente y de los Recursos Naturales (IBAMA) para inhibir la deforestación forestal en la Amazonia.

El licenciamiento ambiental actúa como una obligación legal previa para la instalación de cualquier emprendimiento o actividad potencialmente contaminante o degradante del medio ambiente y tiene como principal característica la participación de los miembros de la sociedad en las tomas de decisiones por medio de la realización de audiencias públicas y el acompañamiento del público Ministerio Público y participación de las secretarías de medio ambiente de los estados de la Amazonia Legal.

Las principales directrices para la ejecución del licenciamiento ambiental se expresan en la Ley nº 6.938 / 81 y en las Resoluciones de nº 001/86 y nº 237/97 del Consejo Nacional del Medio Ambiente (CONAMA). Además, el Ministerio de Medio Ambiente emitió un dictamen nº 312 que discurre sobre la competencia estatal y federal para la concesión de licencias ambientales teniendo como fundamento la alcance del impacto sobre la selva.

En 2008, por ejemplo, el gobierno del Estado de Pará, aprobó el Decreto Estatal nº 1.148, de 17/07/2008, que dispone sobre el Catastro Ambiental Rural en el Pará - el CAR- - que hace obligatorio el registro catastral de todo inmueble rural ubicado en Pará, incluso aquellos que no ejercen ninguna actividad rural económicamente productiva.

El resultado de esta acción fue el aumento del número de propiedades rurales registradas que es el primer paso para la regularización ambiental de las tierras. En 2007, sólo 10 propiedades rurales estaban registradas en el CAR. En 2010, ese número subió a 52.000. Se constata, por lo tanto, que la combinación de acciones eficientes de fiscalización, de las acusaciones de multas pagadas y los esfuerzos para regularizar las tierras del sector productivo y puede ser uno de los caminos para la reducción de los crímenes ambientales como la deforestación de la floresta amazónica del Estado de Pará.

En 2012, otro factor que colaboró para la caída de la deforestación forestal en el Estado de Pará y, consecuentemente, ayudó en la promoción de la sostenibilidad en la región se refiere a la implementación del sistema de rastreo de la cadena bovina (track number). En primer lugar, es necesario entender que el control sobre la producción ganadera se hace hoy sólo a través de la Guía de Transporte Animal (GTA) exigida por los gobiernos estatales con el principal objetivo de evitar la propagación de enfermedades en el rebaño.

Este nuevo mecanismo de gobernanza contribuyó a la reducción de la deforestación forestal, lo que de hecho puede ser visto en la Tabla 1 en el período de 2003 a 2018. En el Estado de Mato Grosso, por ejemplo, el control por el cumplimiento de la legislación A partir de la exigencia de que los propietarios rurales tienen que adherirse al programa de regularización ambiental llamado Mato Grosso Legal, y comprueban la inscripción en el CAR para mantener los lazos comerciales con los frigoríficos.

La GTA contiene el registro de quien vendió y de quien compró, y por donde el ganado fue transportado. Uno de los compromisos asumidos por el gobierno de Pará en la firma del TAC fue el de implantar el mismo sistema, lo que facilita el trabajo de los órganos de fiscalización, resalta el Ministerio Público de Pará, sin embargo la GTA no identifica cada buey.

Estados/Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Acre	1078	728	592	398	184	254	167	259
Amazonas	1558	1232	775	788	610	604	405	595
Amapá	25	46	33	30	39	100	70	53
Maranhão	993	755	922	674	631	1271	828	712
Mato Grosso	10405	11814	7145	4333	2678	3258	1049	871
Pará	7145	8870	5899	5659	5526	5607	4281	3770
Rondônia	3597	3858	3244	2049	1611	1136	482	435
Roraima	439	311	133	231	309	574	121	256

Tocantins	156	158	271	124	63	107	61	49
Amazonia Legal	25396	27772	19014	14286	11651	12911	7464	7000
Estados/Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Acre	280	305	221	309	264	372	257	444
Amazonas	66	27	23	31	25	17	24	24
Amapá	502	523	583	500	712	1.129	1.001	1.045
Maranhão	396	269	403	257	209	258	265	253
Mato Grosso	1.120	757	1.139	1.075	1.601	1.489	1.561	1.490
Pará	3.008	1.741	2.346	1.887	2.153	2.992	2.433	2.744
Rondônia	865	773	932	684	1.030	1.376	1.243	1.316
Roraima	141	124	170	219	156	202	132	195
Tocantins	40	52	74	50	57	58	31	25
Amazonia Legal	6.418	4.571	5.891	5.012	6.207	7.893	6.947	7.536

Tabla 1 – Deforestación Forestal por Estados de la Amazonía Legal en Km² año: 2003-2018

Fuente: INPE/PRODES (2018). Tasas anuales de deforestación en la Amazonía Legal brasileña.

Actualmente, este control individual de los animales sólo es hecho por el Servicio Brasileño de Rastreabilidad de la Cadena Productiva de Bovinos y Bubalinos (SISBOV), un sistema de rastreo más detallado, subordinado al Ministerio de Agricultura, que por ahora sólo es obligatorio para quien exporta a la exportación Unión Europea. En estos términos, los propietarios de haciendas con hasta cuatro módulos fiscales que no tengan condiciones técnicas y financieras para hacer el registro pueden solicitar ayuda directamente a SEMA o a la Empresa de Asistencia Técnica y Extensión Rural.

De esta forma, las informaciones catastradas serán cruzadas con imágenes obtenidas vía satélite Por el Instituto Nacional de Investigaciones Especiales (INPE) para averiguar la existencia de deforestación más allá de lo permitido. Esta tecnología ya estaba disponible, sin embargo, como eran muy pocos los hacendados paraenses registrados, no se hacían las imágenes por satélite de las propiedades, y sólo ahora se están haciendo.

Aunque la inscripción en el CAR ya era una obligación legal, muchos hacendados la ignoraban - ya sea por resistencia cultural de larga data o por el temor en relación al costo de implementación de este tipo de procedimiento. Hasta junio de 2009, antes del acuerdo con el Ministerio Público Federal de Pará, había cerca de 400 productores inscritos en el CAR en Pará, pero en 2012 se identificaron más de 21 mil productores inscritos.

Además, la GTA electrónica ayuda a evidenciar cualquier tipo de fraude, e impide que alguien que no haya hecho el registro pueda transportar el ganado con la guía de otra persona, pues como forma de mantener el control, cada hacendado se vuelve responsable de Una cuenta bancaria, en la que consta la ubicación de la hacienda y la contabilidad del ganado que vendió, compró y que aún posee.

Las fiscalizaciones que se están realizando actualmente a través de auditorías, estableciendo un cruce de los datos de las áreas registradas con las imágenes de satélite serán de suma importancia, ya que ese tipo de auditoría tiene la capacidad de evitar fraudes, como, por ejemplo, un granjero emitir La GTA en su nombre para transportar ganado de un vecino que no está inscrito en el CAR. El préstamo del registro puede ser detectado por la auditoría si la cantidad de ganado transportado por la hacienda no es compatible con el rebaño declarado por el productor a la Agencia de Defensa Agropecuaria del Pará (ADEPARÁ) como de su propiedad.

5 | CONCLUSIONES

El nuevo institucionalismo económico se ha constituido en una escuela de pensamiento que ha traído los aportes más fecundos para el análisis de las instituciones en general y de la burocracia en particular. Además, un sistema institucional evolucionado y complejo puede ayudar en la promoción del desarrollo al estructurar el entorno, estimulando la cooperación, innovación y aprendizaje en una región, o sea, es posible que en el futuro las propiedades institucionales puedan incluso venir a sustituir a las formas tradicionales de propiedad privada capitalista. Y en el momento actual en Brasil la reforma agraria es la forma más indicada para resolver el problema de la lucha por la tierra, de la problemática ambiental, y de la reducción del grado de concentración de la tierra en la Amazonia brasileña.

Un sistema institucional evolucionado y complejo puede ayudar en la promoción del desarrollo al estructurar el entorno, estimulando la cooperación, la innovación y el aprendizaje en una región. Este tipo de mecanismo refuerza el fortalecimiento de las instituciones, y reduce los costos de transacción y de producción, aumentando la confianza entre los actores y con ello fortaleciendo las redes de cooperación entre los mismos e incentivando el aprendizaje e interacción.

Como se ve en el artículo, el CAR debe entenderse como una herramienta muy necesaria para garantizar la regularización ambiental de las propiedades rurales y, además, generar información que pueda ayudar a contener las crecientes tasas de deforestación en la Amazonía brasileña. Por esta razón, es extremadamente importante discutir planes de acción pública que realmente puedan contribuir a controlar y reducir la deforestación en la Amazonía brasileña, especialmente en el Estado de Pará.

Se percibe, por lo tanto, que los mecanismos de gobernanza ambiental adoptados en las políticas nacionales y estatales de gestión de combate a la deforestación forestal en el Estado de Pará, principalmente, con la implementación, fiscalización y uso del licenciamiento ambiental, además del catastro ambiental rural, resultados positivos en el combate a la deforestación forestal y, por consiguiente, en favor de la sostenibilidad del territorio do Pará.

REFERENCIAS

ALSTON, L.; LIBECAP, G.; MUELLER, B. P. M. **Titles, Conflict, and Land Use: The Development of Property Rights and Land Reform on the Brazilian Amazon Frontier**. University of Michigan Press, 1999.

AOKI, M.. Endogenizing Institutions and Institutional Change. **Journal of Institutional Economics**, 2007.

DA SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, UFSC, 4 ed.Ver.Atual. Florianópolis ,2005.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. **Estimativas anuais das taxas de desflorestamento da Amazônia legal**. Disponível em: http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2007.htm . Acesso em: 10/04/2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Projeto PRODES: Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Coordenadoria Geral de Observação da terra – OBT**. 2018. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 31 jan. de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). INPE registra 6.947 km2 de desmatamento na Amazônia em 2017. 2018. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias-obt-inpe/inpe-registra-6-947-km2-de-desmatamento-na-amazonia-em-2017>. Acesso em: 04 jun. de 2020.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A.. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

NETTO, F. A.. Regulamentação dos Mercados. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio S. De. (Org.). **Manual de Economia**. São Paulo, 5.ed. Saraiva, 2004.

NORTH, D. C.. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York, Cambridge University Press, 1990.

VATN, A.. **Institutions and the Environment**. Edward Elgar. Cheltenham, UK, 2005.

WILLIAMSON, O. E.. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York, The Free Press, 1985.

WILLIAMSON, O. E.. **The Mechanisms of Governance**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abelha 124
Agronegócio 34, 45, 116, 118, 119, 124
Agrotóxico 121
Alimentação Escolar 96, 97, 113, 116
Apicultura 115, 116, 117, 119, 120, 125, 126
ARCH 73, 74, 77, 78, 80, 81, 82, 83
Arima 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 78
Arrecadação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 13, 14, 15

B

Boi Gordo 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83
Brasil 2, 13, 15, 19, 25, 27, 34, 37, 38, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 86, 94, 96, 97, 98, 100, 101, 106, 107, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 133, 137, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

C

Cadeia Produtiva 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70
Capital 23, 28, 29, 33, 37, 38, 42, 54, 55, 96, 97, 102, 103, 104, 111, 112, 145, 146
Carne Bovina 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 90, 91, 95
Certificação de Origem 58, 59, 69
Cesta Básica 84, 85, 86, 88, 89, 93, 94, 95
Comércio Internacional 58, 59, 60
Commodity 73, 74, 78, 83
Compliance 28, 29, 30, 32, 37
Comportamento Oportunista 58, 60, 69
Cooperativa(s) 39, 42, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 124, 150
Cultura 28, 30, 38, 139, 148, 149
Cultura Organizacional 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38

D

Desmatamento 128, 138
DIEESE 84, 85, 87, 88, 89, 91, 95

E

Economia Solidária 99, 104, 105, 106, 112, 113, 114

Educação Financeira 16, 17, 23, 25, 26, 27

EGARCH 73, 74, 78, 81, 82, 83

Empresa Familiar 28, 30, 33

Estudo de Viabilidade Econômica 96, 104

Exportações 58, 62, 64, 67, 68, 70, 91, 94

G

GARCH 74, 77, 78, 79, 81, 82, 83

Gestão 25, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 60, 62, 66, 69, 70, 96, 104, 105, 112, 127, 128, 150

Governança Ambiental 128

Governança Corporativa 28, 29, 30, 32, 33, 34, 37, 38

I

Inovação 45, 57, 98, 111, 150

Instituições 32, 99, 128

M

Matemática Financeira 16, 18, 23, 26

Mel 117, 118, 122, 124, 125, 126

Modelagem 1, 2, 5, 8, 23, 74, 78, 79, 81

Modelo 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 28, 29, 30, 33, 34, 36, 37, 39, 41, 43, 44, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 100, 117, 124

N

Nova Economia Institucional 128

O

Orçamento Financeiro 16, 17, 18, 19, 21, 24

P

Payback 103, 104, 111

Pescado 96, 97, 98, 99, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113

Portugal 57, 139, 140, 143

Preço 13, 14, 67, 74, 84, 86, 89, 90, 91, 92, 94, 102, 103, 104, 109, 110

R

Rede Sociotécnica 96, 99, 104, 105, 106, 112, 113

Rentabilidade 96, 103, 104, 110, 111, 112, 115

Retorno 67, 73, 74, 76, 80, 82, 83, 103, 110, 111

RSE 39, 40, 41, 42, 43

S

Salário Mínimo 85, 86, 88, 94

SISBOV 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 136

Stakeholders 28, 29, 32, 33, 36, 37, 39, 44

Sustentabilidade 106, 111, 115, 118, 126, 128

T

Teatro 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

TGARCH 73, 74, 78, 79, 81, 83

Tributos Federais 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 13, 14

V

Viabilidade Técnica e Econômica 96, 99, 101

Volatilidade 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83

O Conhecimento Científico na Fronteira das Diversas Áreas da Economia 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

O Conhecimento Científico na Fronteira das Diversas Áreas da Economia 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 